

Maria Eugénia Mata

A Importância da Contabilidade na Investigação em História Económica

III Encontro da História da Contabilidade

17-06-2010

Lisboa

Accredited by:



Accredited by
Association
of MBAs



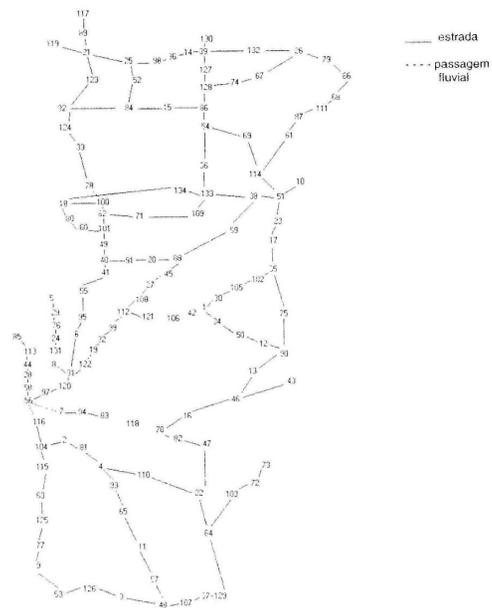
Member of:



- Empreendedorismo
- Necessidade de Literacia Financeira
- A Contabilidade como instrumento vital para conhecimento e gestão de qualquer negócio
- A Contabilidade como instrumento vital para conhecimento e gestão das Finanças Públicas...
- ...No passado como no presente
- Exemplificação Do Papel da Contabilidade na História Económica: Quantificação; Rigor Analítico.
- Exemplificação: O CABRALISMO e Obras Públicas

ESQUEMA 1

Rede de estradas previstas na Lei de 26 de Julho de 1843



- | | | |
|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 — Abrantes. | 9 — Ajezur. | 18 — Aveiro. |
| 2 — Águas de Moura. | 10 — Almeida. | 19 — Azambuja. |
| 3 — Albufeira. | 11 — Almodôvar. | 20 — Barca de Palheiros. |
| 4 — Alcacer do Sal. | 12 — Alpalhão. | 21 — Barcelos. |
| 5 — Alcobaca. | 13 — Alter do Chão. | 22 — Beja. |
| 6 — Alcoentre. | 14 — Alturas do Barroso. | 23 — Belmonte. |
| 7 — Aldeia Galega do Ribatejo. | 15 — Amarante. | 24 — Bombarral. |
| 8 — Alenquer. | 16 — Arraiolos. | 25 — Braga. |
| | 17 — Atalaia. | 26 — Bragança. |

Papel das estradas, 1840s e os CF, negócios; consciência das elites sociais quanto ao papel do *progresso*

Dificuldades Portuguesas na 1ª metade do século

- A Lei 23-7-1843 e a 1ª Tentativa de Obras Públicas, criando...
A contribuição para estradas por 10 anos: 1 dia de trabalho ou \$100 /trimestre para todo o português entre os 12 e os 65 anos+20% sobre a décima). Portagens para transeuntes, \$02/cabeça de gado, carros e carruagens (\$330/légua para 4 rodas e 4 bestas mais muda)
- Penúria das Finanças Públicas. A fundação da Cª Das Obras Públicas de Portugal (19-12-1844), estatutos alv. 30-12-1844, direcção: **Carlos Morato Roma**; Francisco Ribeiro da Cunha; Joaquim Honorato Ferreira; José Mª Eugénio de Almeida, Manuel Cardoso dos Santos; Manuel Gomes da Costa São Romão; Tomás Mª Bessone (honorários=7% lucros). Comissão Geral feita de 40 sócios>20 contos, dos quais 20 cooptados pela Direcção.
- K social de 20 mil contos, a subscrever em prestações

A C^a adiantaria as somas necessárias, e receberia obrigações do Estado à taxa, líquida de impostos, de 6 %, amortizáveis em prestações anuais, em prazos compreendidos entre os 30 e os 60 anos.

- Consignação a estes pagamentos, de 600 contos anuais no orçamento desde o princípio de 1846-1847, aumentável
- Início de suas funções em 15-3-1845 com o depósito das respectivas cauções individuais (30contos)
- **O mesmo grupo** de homens que em 1844 tinham constituído a Companhia do Tabaco, Sabão e Pólvora, a qual obteve o monopólio da produção e comercialização desses produtos em Portugal entre 1844 e 1858, e a Companhia Confiança Nacional, a qual substituiu a Companhia do Tabaco Sabão e Pólvora num empréstimo de 4 mil contos ao Estado a que as cláusulas de arrematação do monopólio obrigavam

Contrato com o Governo em 1 de Março de 1845.

- Prazos para construção eram de 10 anos para o CF, 8 anos para as estradas, 5 anos para o melhoramento da barra e construção da alfândega do Porto, para a estrada de circunvalação de Lisboa e para a penitenciária e 8 anos para outras obras a contratar que o Governo viesse a designar nos 3 anos seguintes
- Prazos eram contados a partir da promulgação da lei que aprovasse o contrato com o Governo, no caso do CF e das estradas, e a partir da aprovação dos seus planos, nos outros casos.
- Obras das estradas deveriam começar dentro de 1 ano e prosseguir sem interrupções. Para garantia destes prazos a C^a deveria depositar na JCP 300 contos de inscrições de dívida pública fundada, dos quais receberia juros.

O negócio: Agiotagem?

- A C^a receberia ainda do Estado a contribuição para estradas, as portagens, e 2/3 dos direitos de trânsito, de barra ou de navegação (port. 18-10-1845).
- A conservação das estradas ficava a cargo da C^a durante 60 anos e a dos CF durante 99.
- Durante as obras a C^a receberia gratuitamente materiais dos pinhais e demais propriedades do Estado, e os importados pela C^a ficavam isentos de direitos alfandegários.
- Exclusivo de todo o serviço de diligências, carruagens de postas e carros de transporte, para passageiros e mercadorias, nas estradas que construísse ou melhorasse, por 40 anos, sem prejuízo da utilização das estradas por carros e seges particulares de uso próprio, e exclusivo da exploração dos CF que construísse, por um prazo de 99 anos. Previa-se ainda a concessão à C^a dos serviços de Correios e Postas em todo o Reino.

Sede da C^a em Lisboa, no edifício que fazia o Largo do Pelourinho e a Rua do Arsenal (renda anual de 600\$000)

- Dos 20 mil contos de K previstos estatutariamente para a C^a, foram subscritos apenas 12 100, começado a realizar em prestações de 3%: A C^a iniciou a sua existência com 363 contos de K (realizado em dinheiro, letras e títulos de dívida pública cotados a 56 % os títulos de 4 %, e a 68.5 % os de 5 %).
- O depósito na JCP da quantia de 300 contos em inscrições de dívida fundada com cupões, para garantia dos prazos contratados com o Governo, foi feito em 27-5-1845 à custa de empréstimo, pela C^a Confiança Nacional, de 293 600\$000 de inscrições de dívida fundada

Nas Ilhas, os agentes da C^a tinham a seu cargo a tarefa de angariação de mão-de-obra

- Partilha as instalações com a C^a Confiança Nacional; despesas comuns, tanto de instalação como administrativas. O pessoal de escritório era também comum às duas companhias, com recrutamento por concurso. As Companhias dividiam em partes iguais o pagamento dos encargos administrativos.
- Rede de agências pelo país: Base distrital tanto para o Continente como a Madeira e os Açores. Acrescentado um agente no Sanguinhal (Bombarral) para apoio a obras de desentupimento e encanamento do rio Alfeizerão.
- A partir de 1846, mais 4 agências no estrangeiro. (Por ordem cronológica Paris, Sevilha, Londres e Antuérpia).
- Jornal diário de \$160 para os adultos (e passagem de retorno, ao próprio e à sua família, ao fim de 5 anos, antecipada no caso de incapacidade "*por moléstia*").

Escol técnico de excepcional qualidade

- As agências realizavam os pagamentos relativos à sua região e arrecadavam da Fazenda de cada distrito a contribuição para estradas. Controle financeiro: cada Repartição de Fazenda distrital enviava para a sede a nota das quantias entregues ao agente nomeado, e este comunicava por carta dirigida à Direcção da C^a, qual o montante recebido. Todas as cartas dos agentes eram numeradas. De todas estas regras foi dado conhecimento aos governadores civis, aos quais a Direcção tivera o cuidado de apresentar cada um dos seus agentes.
- As C^{as} efectuavam na província pagamentos uma em nome da outra, a título de suprimentos que se concediam mutuamente e que eram registados no final de cada mês.

Accredited by:



Accredited by
Association
of MBAs



Member of:



As fases da vida da C^ae as obras construídas

- **1^a fase: 1845 com contratos de empreitada:**
- Com o conde de De Claranges Lucotte para a construção das estradas Porto-Braga, Braga-Guimarães, Guimarães-Porto e Vila Nova de Famalicão-Viana
- Com P. Lombré & C^a para Lisboa-Porto e Carregado-Caldas.
- Com o conde de De Claranges Lucotte, Figueiredo Pérry&C^a, e João Leite de Faria, para Porto-Penafiel

- **Conta de ganhos e perdas em 1845** por cálculo meu a partir do Diário da Companhia

- Unidade - contos

- Despesas

- Juros e descontos 1

- Despesas diversas 35

-

-

-

- ---

Total das despesas 36

- Saldo positivo 50

Receitas

Juros e descontos 26

Contribuição de estradas 45

Direitos de trânsito (a) 1

Receitas diversas 14

Total das receitas 86

Accredited by:



Accredited by
 Association
 of MBAs



Member of:



Preocupações com a saúde financeira da C^a

Balanço em 31 de Dezembro de 1845, cálculo a partir do Livro Mestre da C^a

- Activo
- Caixa 1
- Dívida do Estado (a) 668
- Títulos de dívida fundada 4
- Acções (b) 5
- Adiantamentos 100
- Agentes 12
- Diversos+0
- Total do activo 790
- Passivo
- Suprimentos (c) 14
- Total do passivo 14
- Situação líquida 776
- Capital 726
- Ganhos e perdas 50
- Representação dirigida ao Ministério do Reino em 11-12-1845

A 2ª fase da vida da Companhia (1846): Aposta nas actividades de transporte de passageiros e mercadorias nas estradas, que lhe havia sido concedida em exclusivo

Compra de cavalos e outras cavalgaduras em Espanha, diligências, carruagens e carros de transporte em França, por José Vitorino Damásio enviado pela Direcção da Cª a Paris, aumento das rendas a pagar por aluguer de armazéns de recolha para o gado e veículos.

- Outras obras em estradas, (Vila Real-Amarante, Alhandra-Torres Vedras, Beja-Alcácer do Sal e Faro-Loulé). Aquisições de ferramentas e materiais. Importados equipamentos de Londres, do Havre, e de Antuérpia (incluindo de minagem de pedreiras).
- Resultados financeiros para o 1º semestre de 1846 mostra o mesmo perfil que os do ano anterior: a Cª era lucrativa e os ganhos acumulados montavam já a 113 contos; a dívida do Estado atingia por sua vez os 835 contos

A terceira fase da vida da C^a: 2º sem 1846. Falência técnica da C^a

- A revolta da Maria da Fonte (Primavera de 1846): turbulência política (lançamento de Julho-1847 que regista a perda da cobrança da contribuição de estradas no distrito de Aveiro, extorquida pelas forças populares armadas)
- A guerra civil da Patuleia (outono1846-Verão 1847): Saldanha/Conde das Antas
- **Dificuldades financeiras ao Estado: gastos militares e regiões que se furtavam ao pagamento dos impostos**
- Dec 19-11-1846 confirmou legalmente esta situação ao remeter o pagamento da dívida do Estado à C^a para um Fundo Especial de Amortização, criado pelo dec 1-10-1846
- Liquidação de operações: venda à Guarda Municipal de Lisboa, das cavalgaduras anteriormente adquiridas em Espanha. A venda da mobília do escritório da C^a ao Banco de Portugal, seu vizinho (nascido da fusão do Banco de Lx com a C^a Confiança Nacional), em Outubro de 1848, comprova a desactivação da sede.
- Dec 7-11-1849 e 15-5-1850:o Estado reconheceu e assumiu como dívida sua à C^a 928 814\$658, quando a C^a avaliava tal montante em 962 642\$002
- A C^a de Portugal terminou os seus registos contabilísticos em 31-12-1855

Adiamento das Obras Públicas para a 2ª metade do século XIX (A REGENERAÇÃO)

- **Fontes: AHBP, Arquivo da COPP**
- - Legislação relacionada com a Companhia - Diário do Governo.
- - Arquivo Histórico do Banco de Portugal - Arquivo da Companhia das Obras Públicas de Portugal:
- Documento nº 1 - Diário da Companhia das Obras Públicas de Portugal
- Documento nº 2 - Livro Mestre da Companhia das Obras Públicas de Portugal
- Documento nº 3 - Livro de Caixa da Companhia das Obras Públicas de Portugal
- Documento nº 4 - Contas-correntes com os agentes da Companhia das Obras Públicas de Portugal
- Documento nº 5 - Registo das despesas feitas com obras públicas pela Companhia das Obras Públicas de Portugal
- Documento nº 6 - Registo das despesas feitas com os vencimentos do pessoal técnico pela Companhia das Obras Públicas de Portugal
- Documento nº 7 - Registo da correspondência expedida para diversas entidades pela Companhia das Obras Públicas de Portugal
- Documento nº 8 - Registo da correspondência expedida para os agentes pela Companhia das Obras Públicas de Portugal
- Documento nº 9 - Registo da correspondência expedida para os engenheiros pela Companhia das Obras Públicas de Portugal
- Documento nº 10 - Registo da correspondência expedida para o estrangeiro pela Companhia das Obras Públicas de Portugal
- Documento nº 11 - Registo da correspondência expedida para diversos pela Companhia das Obras Públicas de Portugal
- Documento nº 12 - Registo de documentos diversos da Companhia das Obras Públicas de Portugal

Accredited by:



Accredited by
Association
of MBAs



Member of:

